

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR O  
DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO.**

**REQUERIMENTO Nº       , DE 2019**

**(Do Sr. Deputado Felipe Rigoni PSB/ES)**

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre a utilização de recursos proveniente da recuperação de ativos em virtude da operação Lava Jato.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, no sentido de esclarecer esta Casa quanto à utilização de recursos proveniente da recuperação de ativos em virtude da operação Lava Jato, mais especificamente, que informe:

- 1) Em quais ações do MEC o montante total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) será efetivamente investido.
- 2) Qual a porcentagem de recursos que serão aplicados diretamente pelo Ministério e que serão transferidos a estados e municípios.
- 3) Qual o prazo para início da utilização desses recursos e qual o cronograma físico-financeiro de aplicação desses valores.
- 4) Quais os resultados esperados com esses recursos.
- 5) Se o Ministério é favorável à utilização de parte desses recursos através de vouchers para que famílias matriculem seus filhos em creches privadas.

## JUSTIFICAÇÃO

A Operação Lava Jato recuperou para a Petróleo Brasileiro S.A., popularmente conhecida como Petrobrás, ativos no importe de R\$ 2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais).

Desse valor, conforme acordo celebrado no gabinete do Ministro do STF Alexandre de Moraes e divulgado no *site* do próprio Tribunal, R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) serão destinados ao Ministério da Educação para ações relacionadas à educação infantil<sup>1</sup>.

Ocorre que não foram prestadas informações acerca de quais ações serão contempladas por esses recursos e nem como eles serão efetivamente aplicados, especialmente no que tange à transferência para estados e municípios.

Também não foi apresentado um cronograma de utilização dos valores, ou mesmo um prazo para início da aplicação do referido montante. Outra questão que também precisa ser esclarecida é em relação aos resultados esperados pelo Ministério com a utilização desses recursos.

Além disso, questiona-se se esse Ministério tem o objetivo de utilizar essa verba para transferir a prestação do serviço público de educação infantil para a iniciativa privada por meio da utilização de vouchers.

Pelo exposto, segue o presente requerimento, para que o Sr. Ministro preste informações conforme requisitado.

Sala das Sessões, em        de        de 2019.

**Deputado FELIPE RIGONI**  
PSB/ES

---

<sup>1</sup> <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=422658>. Acessado em 07 de outubro de 2019.